ATA DE REUNIÃO

22/05/2019

PAUTA: Grupo de Trabalho - GT criado para relatoria do processo de licenciamento ambiental do Parcelamento do Solo Urbano Quinhão 16 (Decisão nº 02/2019 – CONAM, DODF nº 86, de 9 de maio de 2019, p. 11) – 2ª Reunião

1) PARTICIPANTES:

- 1.1. Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação: Mateus Leandro de Oliveira;
- 1.2. Subsecretário de Parcelamentos e Regularização Fundiária/SEDUH: Marcelo Vaz Meira da Silva;
- 1.3. Chefe da Unidade de Novos Parcelamentos –UPAR da Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária - SUPAR/SEDUH – Tereza Lodder;
- 1.4. Diretora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – DIPLAN/SEDUH – Sílvia de Lázari;
- 1.5. Representante da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico - ADASA: Saulo Gregory Luzzi;
- 1.6. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA: Maricleide Maia Said;
- 1.7. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA: Adriana Mandarinó;
- 1.8. Representante da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP: Albatênio Granja;
- 1.9. Representante da Universidade de Brasília - UNB: Philippe Layrargues;
- 1.10. Representante do Sindicato da Indústria e da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON/DF: Luciano Dantas de Alencar;
- 1.11. Representante da Associação do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF: Frederico Martins;
- 1.12. Representante do Instituto Oca do Sol: Maria Consolacion;
- 1.13. Representante da Empresa Aria: José Jandson Candido;
- 1.14. Representante da Empresa Aria: Arlindo Verzesnassi Filho;
- 1.15. Representante da Empresa Aria: Carlos Joadir Mendes;
- 1.16. Representante da Empresa Progeplan: Rafael Carvalho;
- 1.17. Representante da Empresa Progeplan: Pedro Alves;
- 1.18. Representante da Empresa Progeplan: Erick Marcel;
- 1.19. Interessados: Fabiano Lamal, Roberto Botelho, Dener Claudino, Ivone Claudino.

2) DELIBERAÇÕES

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Mateus Leandro de Oliveira, coordenador do Grupo de Trabalho – GT e relator do processo, iniciou a reunião realizando breve explanação dos encaminhamentos realizados na reunião do dia 14 de maio de 2019, ressaltando a importância de apresentação do material objeto da Audiência Pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Parcelamento de Solo Urbano Quinhão 16, pela empresa, a fim de balizar a análise a ser realizada pelos membros do GT. Dando seguimento aos encaminhamentos da reunião realizada em 14 de maio, os representantes da Empresa ARIA e PROGEPLAN realizaram a apresentação do EIA, objeto de audiência pública, destacando as principais questões urbanísticas e ambientais. A Chefe da UPAR/SUPAR/SEDUH, Tereza Lodder, apresentou esclarecimentos sobre as questões urbanísticas constantes do material de apresentação utilizado na audiência pública, bem como esclareceu a fase em que se encontra o processo de aprovação do parcelamento. A representante da SEMA, Adriana Mandarino, destacou a competência do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM, ressaltando a previsão constante na Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, bem como no decreto de criação do CONAM. Destacou, ainda, que a competência do CONAM é para apreciar e opinar quanto às questões ambientais submetidas à sua análise, cabendo ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM o licenciamento ambiental. O Representante do SINDUSCON, Luciano Alencar, destacou que cabe ao CONAM a verificação da adequação do estudo ambiental com as normas técnicas, não cabendo a análise técnica ou análise quanto à correção do procedimento do EIA. O representante da ADASA, Saulo Luzzi, manifestou concordância com o posicionamento do representante do SINDUSCON, destacando o caráter vinculado, e não discricionário, no licenciamento ambiental, sendo a análise do CONAM restrita ao cumprimento dos requisitos legais e procedimentais, reservado o mérito da análise ambiental ao IBRAM. O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Mateus Leandro de Oliveira, manifestou concordância com a distinção de competências apresentadas mas destacou o direito dos representantes à manifestação por se tratar de conselho paritário, fato que pode ensejar o direito de resposta face às questões ambientais apresentadas. A representante do Instituto Oca do Sol, Maria Consolacion, destacou a necessidade de apresentação de diferentes percepções, considerando a interface dos órgãos. Elogiou o estudo apresentado e destacou questões a serem esclarecidas para melhor entendimento do tema. O representante da UNB, Philippe Layrargues, apresentou questões do projeto a serem esclarecidos, a fim de possibilitar o melhor entendimento e análise do estudo ambiental apresentado.

3) ENCAMINHAMENTOS:

3.1. Ficou definida reunião para o dia 30 de maio, às 9:30, no 2º andar, da SEDUH, para serem apresentados, pelos técnicos da empresa e da ADASA, esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

3.1.1. Pelos técnicos das Empresas ARIA e PROGEPLAN:

3.1.1.1. Os resultados da audiência pública sobre o EIA, constando as questões apresentadas pelos interessados e as respectivas respostas;

3.1.1.2. Balizamento do estudo apresentado, sobretudo dos mapas de vegetação, erosão e recarga de aquífero com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE;

3.1.1.3. Considerações quanto aos planos propostos, considerando o ZEE no EIA/RIMA;

3.1.1.4. Enfoque de análise quanto ao impacto em área intacta, considerando que se trata de remanescente nativo do cerrado, nem de ocupação próxima, não se referindo, assim, à recuperação ambiental;

3.1.1.5. Considerações quanto à alternativa locacional, tal como previsto na Resolução nº1/86, do Conama, e não apenas quanto à formas diferentes de ocupação no mesmo local;

3.1.1.6. Considerações quanto o impacto de trânsito na rotatória de descida do parcelamento.

3.1.1.7. O score da descarga resultante do empreendimento. (é a mesma resultante de empreendimento in natura, mesmo sem os prédios);

3.1.2. Pela ADASA:

3.1.2.1. Procedimento e critérios de autorização de lançamento de efluentes no Rio Taboca;

3.1.2.2. Possibilidade de uso de água cinza, relacionado aos jardins filtrantes e o paisagismo de forma geral;

3.1.2.3. As estações de tratamento previstas para o empreendimento, bem como manifestação específica e conclusiva da Companhia de Saneamento Ambiental – CAESB, quanto ao funcionamento da estação de tratamento prevista para o projeto;

3.1.2.4. Limite de outorga, informando quanto à vazão e prazo;

3.1.2.5. Análise do estudo do empreendedor quanto à questão hídrica.

3.2. Será convidado representante técnico do IBRAM para participar da reunião agendada para o dia 30 de maio de 2019.